

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.745.749 - MT (2018/0134529-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CUIABÁ**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO STABILE RIBEIRO E OUTRO(S) - MT003213**  
**RECORRENTE : R DE M C M (MENOR)**  
**REPR. POR : S DE M C M**  
**REPR. POR : R DA S M**  
**ADVOGADO : ANDERSON ROSA FERREIRA ZELASKI - MT014156**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CUIABÁ**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (fls. 435, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL — AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS — RESPONSABILIDADE CIVIL — PARTO — LESÃO FLEXO BRAQUIAL — OPÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE PARTO NATURAL AO INVÉS DO PARTO CESAREA — MELHOR PROCEDIMENTO NÃO ADOTADO - NEXO CAUSAL DEMONSTRADO — RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL COMPROVADA — INDENIZAÇÕES CABÍVEIS — SENTENÇA REFORMADA — RECURSO PROVIDO. 1. Demonstrado que não foi adotado o melhor procedimento/método para realização do parto, não é possível afastar a responsabilidade de nosocômio pela ocorrência de lesão no infante sofrida durante realização de parto natural. 2. Cabível a indenização por dano moral quando demonstrado que o ato praticado extrapola o campo do mero aborrecimento. 3. Compete ao ofensor o custeio de todo tratamento prescrito por profissional competente à vítima de lesão por ele provocada.

Embargos de declaração da parte adversa parcialmente acolhidos, tão somente para acrescer o termo inicial do pagamento da pensão mensal, o qual retroage a data de nascimento da autora (fls. 507-512, e-STJ) e rejeitados os aclaratórios apresentados pela ora insurgente (fls. 514-519, e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 522-533, e-STJ), a recorrente apontou ofensa aos artigos 489, § 1º, IV, e 1022 do NCPC; ao artigo 186 do Código Civil e ao artigo 14, § 4º, CDC, além de dissídio jurisprudencial. Sustentou, em síntese: **a)** a existência de omissões no acórdão não sanadas quando do julgamento dos aclaratórios; **b)** não estão presentes os requisitos que ensejam a responsabilidade civil no caso em tela.

Contrarrazões às fls. 556-563, e-STJ.

Admitido o recurso na origem (fls. 587-589, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

Parecer do Ministério Público Federal acostado às fls. 648-652, e-STJ, pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, quanto à apontada violação aos artigos 489, § 1º, IV, e 1022 do NCPC, verifica-se que a recorrente limitou-se a apontar a ofensa aos dispositivos, deduzindo não terem sido sanados vícios apontados em sede de embargos de declaração, sem mencionar, especificamente, a forma pela qual o dispositivo fora violado, o que atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

Assim, em prejuízo da compreensão da controvérsia, não foi demonstrada com clareza e precisão a necessidade de reforma da decisão, neste ponto, incidindo no óbice previsto na Súmula 284 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nesse sentido, precedentes desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA Nº 284/STF. [...] REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. **O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.** 2. Considera-se deficiente de fundamentação o recurso especial que, apesar de apontar os preceitos legais tidos por violados, não demonstra, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido os teria contrariado, circunstância que atrai, por analogia, a Súmula nº 284/STF. [...] 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1193892/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 24/02/2014) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CRT E CELULAR CRT. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO A LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284/STF. [...] 1. **A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a violação genérica de lei federal não enseja a abertura da via especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284 do STF:** "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia." [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 550.524/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 11/06/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES

GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF, POR ANALOGIA. [...] 1. **Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n.º 284 do STF, por analogia.** [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 05/03/2013) [grifou-se]

Incide, no ponto, o teor da Súmula 284/STF, por analogia.

2. No que toca à apontada violação aos artigos 186 do Código Civil e 14, §4º do CDC, a recorrente sustenta, em síntese, que *"no caso em exame, estão ausentes os elementos caracterizadores da responsabilidade civil. Não há que se falar em ação ou omissão do agente, inexistente nexo de causalidade, descabida a alegação de culpa e o suposto dano não deriva da conduta do médico."* (fl. 529, e-STJ).

No particular, o Tribunal *a quo*, com amparo nos elementos de convicção e do acervo probatório dos autos, assim decidiu acerca da responsabilidade civil da ora recorrente:

Portanto, configurada a culpa do médico pelo evento danoso, atribui-se ao hospital o dever de reparar o dano, à vista de sua responsabilidade objetiva. De outra parte, se não for possível visualizar a modalidade culposa na conduta médica, não se poderá falar em condenação do hospital.

Resta incontroverso nos autos que a mãe da apelante, Sra. Sulamita de Moraes, procurou o Hospital/apelado após sentir contrações, e ela informou ter ocorrido "lesão plexo braquial D no parto normal da 1ª filha", diagnosticado quando do nascimento de sua primogênita, informação lançada na ficha "Evolução Clínica" (cf. fls. 77), e ratificada em nova anotação nesse mesmo documento (cf. fls. 78v0); o registro dessa mesma ocorrência na 1ª gestação ("lesão pleXo branquial") também foi consignado na "Ficha de Obstetrícia", em 30.07.2010, confeccionada no ato da internação da parturiente no nosocômio/réu, quando ali deu entrada para dar à luz a apelante (cf. fls. 76); também é incontroverso que a apelante/autora não apresentava patologia ou deformidade pré-existente (cf. fls. 26/27).

[...]

Ora, se a opção pela realização de cesárea reduziria para 1% a probabilidade (risco) da ocorrência da lesão sofrida pela apelante, e se o risco do parto normal exasperava esse percentual para dentro da margem de risco, então, sem dúvida, não se pode afastar a responsabilidade do Hospital pela ocorrência do evento danoso, porque cumpria ao médico optar pelo método que mais reduzisse, drasticamente, o risco de lesão, mas ele não optou.

Sendo assim, a r. sentença deve ser reformada, para que, reconhecida a responsabilidade objetiva do Hospital/apelado, seja este condenado ao pagamento das indenizações cabíveis. (fls. 439-440, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu expressamente que ficou caracterizada a responsabilidade civil da insurgente, porquanto demonstrados os requisitos ensejadores do

dever de indenizar. Para rever tal conclusão, seria imprescindível o reexame de todo o acervo fático e probatório dos autos, providência esta vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. Nesse sentido, precedentes da Casa:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. **INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO.** DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **CULPA E VALOR DO DANO MORAL E ESTÉTICO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.** [...] 2. **Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide. Incide a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).** [...] 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 847.057/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO.** RETIRADA DE MAMA E LINFONODOS. **CULPA E VALOR. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.** JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Trata-se de indenização por danos morais em virtude de erro médico, consistente na remoção total da mama esquerda e dos linfonodos da autora, com base em resultado de exame citológico equivocado. 2. **O Tribunal estadual concluiu, com base no contexto fático-probatório dos autos, que tanto o médico mastologista quanto o médico patologista agiram com culpa.** Não há como rever tal entendimento, neste momento processual, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ. [...] 6. Recursos especiais parcialmente providos. (REsp 1411740/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ERRO MÉDICO.** REALIZAÇÃO DE EXAME. MORTE DO PACIENTE. 1. OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FORMA COMO FOI VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. 2. **COMPROVAÇÃO DA CULPA, DO DANO E NEXO DE CAUSALIDADE. CONCLUSÕES FÁTICAS DO TRIBUNAL. REVER O QUADRO FÁTICO TRAÇADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.** 3. ANÁLISE DA DIVERGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PECULIARIDADES DE CADA CASO CONCRETO. 4. VALOR DA INDENIZAÇÃO. R\$120.000,00. CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. 5. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. [...] 2. É vedado em recurso especial o reexame das circunstâncias fáticas da causa, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial." 3. Atacar a conclusão do Tribunal de origem e analisar a

inexistência de erro médico na realização do exame, já assentado como comprovado, pois presentes todos os requisitos ensejadores da responsabilidade subjetiva - demonstração da culpa na conduta da recorrente, a existência do dano e o nexo de causalidade -, é impossível neste caso, pois seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é obstado em recurso especial. [...]  
7. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 513.918/BA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se]

Na hipótese, portanto, o Tribunal estadual baseou-se nas provas dos fatos relacionados à controvérsia para reconhecer a responsabilidade da ora recorrentes pelos danos suportados pela autora. Assim, não há dúvidas de que a pretensão de modificação das conclusões do acórdão recorrido, a fim de afastar a responsabilidade civil como pretendem os insurgentes, depende de reexame de fatos e provas, o que é inviável em recurso especial, consoante entendimento consolidado na Súmula 7 do STJ.

Ademais, a respeito da pretensão recursal com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice sumular impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

Não fosse a incidência do aludido óbice, denota-se que o acórdão recorrido amolda-se à jurisprudência desta Corte acerca da matéria, segundo a qual a comprovação da culpa do médico atrai a responsabilidade do hospital. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CIRURGIA PARA CORREÇÃO DE FRATURA NO TORNOZELO. COMPLICAÇÕES. ANESTESIA PERIDURAL. PACIENTE EM ESTADO VEGETATIVO. ERRO MÉDICO. CULPA CONFIGURADA. HOSPITAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. AÇÃO DE REGRESSO. PROCEDÊNCIA. DANOS MORAIS. VALOR. RAZOABILIDADE. [...] 5. **A comprovação da culpa do médico atrai a responsabilidade do hospital embasada no artigo 932, inciso III, do Código Civil, mas permite ação de regresso contra o causador do dano.** [...] 7. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1375970/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 14/06/2019) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO CÍVEL. DESERÇÃO. SÚMULA 280/STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO PROFISSIONAL LIBERAL. ERRO MÉDICO.

CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DO HOSPITAL. VÍNCULO DECORRENTE DE ATUAÇÃO EM PLANTÃO MÉDICO-HOSPITALAR. ARBITRAMENTO DO VALOR DO DANO MORAL. SÚMULA 7/STJ. QUANTIA EXORBITANTE. NÃO CONFIGURADA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. [...] 6. O reconhecimento da responsabilidade solidária do hospital não transforma a obrigação de meio do médico, em obrigação de resultado, pois a responsabilidade do hospital somente se configura quando comprovada a culpa do médico integrante de seu corpo plantonista, conforme a teoria de responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais abrigada pelo Código de Defesa do Consumidor. Precedentes. [...] 9. Recursos especiais parcialmente conhecidos e, nessa extensão, não providos. (REsp 1579954/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)

Incide, também, o teor da Súmula 83/STJ, cujo óbice impede o seguimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

**3.** Do exposto, **nego provimento** ao recurso especial interposto por ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CUIABÁ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator